

## **OS LETRADOS NA AMÉRICA PORTUGUESA E NA AMÉRICA ESPAÑHOLA NO CONTEXTO DE CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL (1780-1808)**

*Roberta Martinelli e Barbosa<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem como propósito discutir a atuação dos letrados das regiões de Minas Gerais e do Rio de Janeiro no contexto da chamada crise do sistema colonial na América Portuguesa, em uma abordagem comparativa com o papel desempenhado pelos homens de letras da América Espanhola na conjuntura em questão.

**Palavras-Chaves:** Crise do Sistema Colonial; América Portuguesa; América Espanhola; Inconfidências; letrados.

**Abstract:** This article aims to discuss the work of men of letters from the regions of Minas Gerais and Rio de Janeiro in the context of so-called crisis of the colonial system in Portuguese America, in a comparative approach to the role played by men of letters in the context of Spanish America concerned.

**Keywords:** Crisis of the Colonial System; Portuguese America; Spanish America; Inconfidências; men of letters.

“[o Cônego Luís Vieira não escondia] a paixão que tem de ver o Brasil feito uma Republica [...] florente, e que um Príncipe europeu, não podia ter nada com a América, que é um país livre, e que El Rei de Portugal nada gastou nesta conquista, que os nacionais já a tiraram dos holandeses, fazendo a guerra à sua custa, sem El Rei contribuir com dinheiro algum para ela; depois disto que os franceses tomaram o Rio de Janeiro e que os habitantes da cidade lha compraram com o seu dinheiro; e ultimamente concluiu, que esta terra não pode estar muito sujeita a El Rei de Portugal, porque os nacionais dela, querem também fazer corpo da República.”

Joaquim Silvério Dos Reis (1937, p. 28).

“Isto não é levantar; é restaurar a nossa terra; que fazem de nós negros.”

Tiradentes. (1937, p. 104).

---

<sup>1</sup> Professora efetiva do Colégio Pedro II, Campus Humaitá II. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. O artigo é uma versão modificada de um dos capítulos da minha dissertação de Mestrado intitulada *Temor e Revolta: o medo na cidade do Rio de Janeiro setecentista*. Niterói, UFF, 2001. Incorporei neste texto muitas das reflexões realizadas no curso do Professor Jorge Meyers intitulado “Na encruzilhada: os letrados latinoamericanos diante da crise e derrubada dos impérios iberoamericanos, 1810-1820”, ministrado na PUC-Rio em set/out de 2012.

A histórica tradição de participação e mobilização dos colonos da América Portuguesa em defesa da terra contra invasores estrangeiros foi recorrentemente referendada nos discursos do Ministro Marquês de Pombal como um ato exemplar da “lealdade” e “fidelidade” que os “bons vassalos” americanos guardavam perante a Monarquia Portuguesa. Segundo um depoimento de Pombal datado de 1775, as táticas utilizadas pelos revolucionários anglo-americanos eram idênticas às dos pernambucanos:

Os habitantes da América inglesa estão atualmente copiando e seguindo o mesmo e idêntico plano com que os bons vassalos portugueses de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos se propuseram lançar, como lançaram, fora daquelas duas úteis capitânicas os usurpadores holandeses. (*Apud* MAXWELL, 1995, p. 85)

Ao contrário dos colonos norte-americanos que pegaram em armas com o intuito de romper os laços de sujeição que os ligavam ao Reino inglês, os colonos da América Portuguesa tradicionalmente haviam lutado pela preservação da soberania portuguesa naquela possessão ultramarina. Por ora, a possibilidade de uma ameaça interna não era vislumbrada pelo Marquês de Pombal, que concentrava suas atenções na pressão externa contra o Império Português. Entretanto, por outro lado, a experiência de luta dos vassalos americanos pela re-conquista de certas regiões da América Portuguesa sob o domínio de invasores estrangeiros, corroborou para o surgimento de uma argumentação que identificou os “nacionais” a

“conquistadores” e, portanto, a legítimos defensores da Coroa portuguesa nas respectivas regiões.

A princípio esse discurso serviu como um instrumento para os colonos reivindicarem “benesses” e “privilégios” perante o Monarca português, reforçando assim os vínculos de lealdade com o Reino. Foi o caso da açucarocracia de Pernambuco, como magistralmente demonstrou Evaldo Cabral de Mello, que na segunda metade do século XVII, no âmbito da restauração portuguesa, passou a solicitar ao Rei D. João IV a reserva de cargos locais para si, ou seja, para os “filhos e moradores da terra”. Justificavam tal merecimento por meio da seguinte afirmativa: “a custa de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos a mais de cinco anos por as [capitanias] libertar da pressão injusta do holandês”. De acordo com Evaldo Cabral tal argumentação supunha a vigência de um pacto entre a “nobreza da terra” e o Soberano, uma vez que aqueles colonos afirmavam não mais dever à Coroa portuguesa uma vassalagem natural,

a que estariam obrigados os habitantes do reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que, restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído a suserania portuguesa”. (CABRAL DE MELLO, 1997, p. 106)

De outro modo, em fins do século XVIII a identificação dos “nacionais” a “conquistadores” constituiu-se em argumento dos inconfidentes mineiros para respaldar a luta pela liberdade daquela região, vale dizer a luta em prol do rompimento dos vínculos com

Portugal. As palavras da epígrafe do presente texto evidenciam a ruptura entre o discurso dos pernambucanos no século XVII e o dos mineiros em fins do século XVIII:

(...) que um Príncipe europeu, não podia ter nada com a América, que é um país livre, e que El Rei de Portugal nada gastou nesta conquista (...); e ultimamente concluiu, que esta terra não pode estar muito sujeita a El Rei de Portugal, porque os nacionais dela, querem também fazer corpo da República. (DOS REIS, op.cit.)

Os familiares do conjurado Inácio da Silva Alvarenga, por exemplo, proclamavam-se descendentes diretos dos legítimos povoadores da terra, vale dizer, os paulistas. A referência a tal ancestralidade, contraposta à portuguesa, lhe garantiriam vantagens quando “esse continente viesse a ser governado por nacionais sem sujeição à Europa” (*Apud* Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, p.100).

Podemos afirmar que estamos aqui diante de uma “inovação verbal” nos termos propostos por John Pocock, que a define como:

uma inovação que sugere, e conforme sua força impõe, alguma mudança nas regras ou nas convenções da linguagem política: ela pode propor alguma alteração nos signos de valor – um tratamento daquilo que antes era ruim como bom, ou vice-versa – ou pode propor deslocar a discussão de um termo ou contexto linguístico em que ele vinha sendo convencionalmente discutido para um outro contexto conhecido mas, até então, não considerado apropriado para a discussão. (POCOCK, 2003, p. 78)

O objeto de estudo de Pocock são as linguagens e vocabulários políticos (as retóricas, os enunciados) entendidos como ações. Afirma que quando fala em linguagens do pensamento político ou linguagens da política está interessado não tanto em ressaltar a diferença étnica das línguas e sim em indicar a existência de:

idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica), retóricas, vocabulários especializados e gramáticas, modos de discursar ou falar sobre a política que foram criados e difundidos e, muito mais importante, empregados no discurso político do início da Europa moderna. (Id. Ibid.)

As reflexões de Pocock e as de Quentin Skinner, associados a chamada “Escola de Cambridge”, acabaram propondo novos padrões interpretativos para a História do Pensamento Político. A ênfase concedida as linguagens da política insere-se numa perspectiva que pretende valorizar as motivações dos agentes históricos, trazendo o indivíduo para o primeiro plano. Ambos compartilham ainda a orientação de que para se entender os textos de teoria política do passado é necessário compreender os significados que eles tinham em seu contexto histórico original.

No contexto histórico da crise do sistema colonial na América Portuguesa no final do século XVIII a identificação dos “nacionais” a “conquistadores” no discurso dos inconfidentes mineiros não mais servia para reforçar um vínculo com o monarca português e sim, pelo contrário, como um argumento a fim de legitimar o rompimento com a metrópole.

Em pronunciamento sobre o movimento inconfidente mineiro, o ministro Martinho de Mello e Castro considerou não ser novidade que os “magnatas” da região das minas procurassem “iludir as Leis e Ordens Régias” pelo “criminoso meio de sedições”. Ao longo do século XVIII foi recorrente a prática de rebeliões e motins nas diferentes regiões da América Portuguesa. Nesses movimentos os insurgentes não propunham uma separação efetiva com Portugal, e sim encaminhavam

representações à Corte requerendo arbitragem real para soluções de problemas que os afligiam. Os amotinados não propunham subverter qualquer ordem e sim *restaurar* uma ordem tida como perdida, apropriando-se em suas representações de uma linguagem política, de um discurso jurídico emitido pela Coroa portuguesa a fim de legitimar suas ações. Os colonos dirigiam as suas queixas, de modo geral, contra os representantes do Rei na colônia – governadores tirânicos, abusos de jurisdição de funcionários, elevadas cargas de impostos – e justificavam as suas ações em nome da soberania portuguesa naquela parte da América.

Neste caso podemos vislumbrar o que Pocock chamou de “uso antinômico da linguagem”, ou seja, “o uso pelos governados, da linguagem dos governantes, de maneira a esvaziá-la de seus significados e reverter seus efeitos” (Idem, p. 68). Nessas representações, os insurgentes se auto-identificavam como “*leais vassalos*” do Rei de Portugal, mas aos olhos dos agentes da Coroa Portuguesa, tais ações eram vistas como “sediciosas”. A partir dessas diferentes interpretações, ou desses “*lances*” nos atos da fala, no contexto do jogo linguístico para usar os termos de Pocock, podemos apreender os antagonismos e impasses vividos por colonos e colonizadores no âmbito do Império português. Os discursos emitidos pelos agentes da Coroa portuguesa diante de rebeliões contra o “mau governo” apresentavam-se com uma lógica invertida do discurso dos revoltosos, pois se os primeiros afirmavam que os colonos ao negarem sujeição perante a um governador

nomeado pelo Rei não agiam com lealdade, o segundo tenta legitimar tal conduta afirmando que assim procederam em defesa da soberania real e, por conseguinte, como “*leais vassalos*”. Aos olhos dos conselheiros do Reino a ameaça “contra a devida obediência e contra o sossego público” propaganda pelos motins e rebeliões, constituíam os “princípios por onde caminham as Monarquias para a sua ruína” (Apud BICALHO, 1997, p. 304).

No final do século XVIII uma nova circunstância se configurava o que permitiu ao ministro Martinho de Mello e Castro reconhecer que os inconfidentes mineiros tinham a intenção de “extinguir enfim nessa capitania o domínio de Portugal, formando-se toda ela uma República a imitação do que praticaram as colônias inglesas”. A “novidade” da sedição mineira residiu justamente no fato de seus agentes criticarem a forma de governo monárquico absolutista e o estatuto político colonial. No final do século, a chegada das ideias ilustradas e as notícias sobre a independência das treze colônias (1776) e da Revolução Francesa (1789) deram um novo “tom” aos protestos de colonos e colonizados, os quais passaram a realizar uma crítica de outra natureza. Tal crítica foi sendo elaborada tanto pela leitura que os letrados da América portuguesa fizeram dos filósofos iluministas, como também pela própria tradição rebelde dos colonos. Nas diferentes regiões da América Portuguesa a longa experiência de revolta permitiu o reconhecimento dos limites do sistema colonial e a construção de um sentimento de distinção em relação ao Reino.

Os envolvidos no movimento inconfidente mineiro foram os principais fazendeiros, criadores de gado, exploradores de minas, magistrados, clérigos e militares da região além de alguns dos principais letrados da época, dentre os quais: o poeta Claudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga, poeta e ouvidor de Vila Rica; Inácio da Silva Alvarenga Peixoto, ouvidor e proprietário de terras; os militares Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante militar da capitania, e o alferes Tiradentes; o cônego Luis Vieira da Silva, proprietário de uma das melhores bibliotecas da colônia; os clérigos Carlos Correia de Toledo e Oliveira Rolim; o jovem José Álvares Maciel, formado na Europa; e os contratadores e comerciantes João Rodrigues de Macedo e Domingos de Abreu Vieira (Ver GOUVÊA, 2000, pp. 301-303). Vale destacar que os discursos e propostas dos próprios inconfidentes para solucionar a crise vivida por eles naquela região não tiveram um caráter homogêneo. Se por um lado, aparece explicitamente o projeto de rompimento dos laços com o reino de Portugal e a instauração naquela região de uma república, por outro também circulou a possibilidade da alternativa de um Império Português centrado na América. O cônego Luis Vieira Da Silva, por exemplo, foi um dos que defendeu a proposta de transferência da sede do Império Português para o Brasil naquele contexto. Em suas palavras: “... e que ainda seria felicíssimo este continente se viesse para ele alguns dos príncipes portugueses; mais que a suceder assim, sempre corria risco de o quererem cá aclamar; e que o melhor de tudo seria mudar a Rainha e sua corte para a América”. (Apud VILLALTA, 2000, p. 90)

Em estudo sobre os homens de letras hispanoamericanos no momento do colapso do Império Espanhol na América, entre os anos de 1780 e 1820, o historiador Jorge Myers chama atenção para a multiplicidade de alternativas que eram esboçadas e que entravam em jogo no contexto de crise da monarquia em solo americano. Neste momento de crise de legitimidade, marcado por mudanças frequentes, era grande a sensação incerteza. Os homens de letras

com los mayores o menores recursos culturales que pudo haber obtenido de su formación bajo la colônia, debió definir su identidad ideológica em el marco de um universo sociocultural y político cuyos contornos se habian vuelto de pronto imprevisibles y ambíguos. (MYERS, 2008, p.122.)

Ainda de acordo com Myers as opções ideológicas dos letrados não estavam dadas de antemão, mas sim surgiram como parte da necessidade desses homens em negociar seu posicionamento no interior de um contexto em constante transformação e de resultados incertos.

É interessante, neste sentido, a representação escrita em 1787 pelos professores régios de humanidades da cidade do Rio de Janeiro dirigida à Rainha D. Maria I. Nesta representação os professores apresentavam “as causas do abatimento dos estudos de Vossa Majestade” assim como “os meios de os promover”. Reafirmavam a sujeição perante a Rainha e a inclinação que guardavam em “formar vassalos desabusados, úteis com suas luzes ao Estado, obedientes e fiéis ao seu Soberano, cheios de amor à Pátria, e interessados pelo o aumento da agricultura, das letras, armas comércio e artes, que fazem o poder e glória dos Impérios”. Segundo esses professores, os clérigos e religiosos

da cidade “se põem em campo contra” os estudos Régios persuadindo a “mocidade e mais vassalos de Vossa Majestade que os desprezem” arrogando-se para si, religiosos, o ensino da dita mocidade. Argumentam que o ensino das humanidades bem como de outras ciências – “tão necessárias as luzes” – eram indispensáveis para a “prosperidade da Pátria que deseja[vam] ver competir com os Impérios mais poderosos do mundo”. Queixavam-se ainda dos incômodos advindos “do presente sistema de vir a mocidade instruir-se à casa dos Professores” requerendo-se um espaço adequado, um Colégio, para o exercício de tais atividades. E, por fim, mencionavam o pouco vulto do ordenado quando comparado aos outros ministros que naqueles Estados serviam à Sua Majestade por “letras ou armas”, considerando-o insuficiente com o “sustento, vestuário e livros”. (*Apud* MARQUES DOS SANTOS, 1992, pp. 160-165)

Neste documento os professores se colocam como indivíduos à serviço da Monarquia portuguesa, que com suas “luzes” poderiam contribuir para a prosperidade da “Pátria”. Tais professores de humanidades podem ser compreendidos como “letrados ilustrados”, no sentido atribuído a este termo pelo historiador Jorge Myers, ou seja, como figuras que se definiam pelos contatos com as ideias da ilustração e também como funcionários da Coroa. O “letrado ilustrado” era um especialista na elaboração de um discurso que se propunha interpelar a sociedade à serviço do Estado. Viam-se como uma minoria iluminada, como sábios, dotados de um pensamento específico, em larga medida um conhecimento científico. A nova figura do “letrado ilustrado” nasce ligada

as correntes da ilustração, mas não necessariamente ligada a construção de uma pátria nova. De acordo com Myers esta figura do “letrado ilustrado” foi se conformando no contexto da crise das monarquias ibéricas na América. O termo “pátria” neste documento deve ser lido e entendido em uma dupla acepção: a pátria como o local de origem e também como pátria imperial.

Sem obterem resposta da Coroa Portuguesa, os professores remeteram outra representação, no ano de 1793, acrescentando um dado novo sobre os motivos do “abatimento” dos estudos régios naquela cidade, a saber:

Pelos Vice-reis deste Estado fazerem fugir e desertar os estudantes das nossas Aulas para o sobredito Seminário, e Colégios quando fazem recrutas ou para a tropa, ou para os terços auxiliares, nos quais continuam a estudar livres do mínimo receio de serem recrutados; porque os mesmos Vice-reis depois de estes a eles se acolherem, os não procuram mais em consideração ao Reverendíssimo Bispo, que os administra, isenção e privilégio de que de os não deixam gozarem quando freqüentam as Aulas de Vossa Majestade. (MARQUES DOS SANTOS, op. cit., pp. 160-170)

Na época governava a cidade o Vice Rei Conde de Resende que, tão logo assumiu o cargo, decretou a extinção da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, desagradando assim os seus integrantes dentre os quais se destacavam os signatários das sobreditas representações: o professor de Grego Manoel Inácio da Silva Alvarenga e o professor de Retórica João Marquês Pinto. Fechada em 1790, a Sociedade voltaria a ter permissão para funcionar no ano de 1794, permanecendo em atividade apenas por cinco semanas. Após o término definitivo da Sociedade os seus membros passaram a reunir-se no andar de cima da casa de Manoel Inácio da Silva

Alvarenga, localizada na rua do Cano, promovendo-se ali “assembléias particulares”. Em 1797 Manoel Inácio da Silva Alvarenga, João Marques Pinto e outros indivíduos que também frequentavam as ditas assembléias tiveram os seus nomes envolvidos em uma acusação de crime de sedição.

O exame desta documentação nos possibilita evidenciar a dimensão de imprevisibilidade e ambiguidade característica desta conjuntura. A queixa dos professores de que os Vice reis do Estado não estariam colaborando para a promoção dos estudos régios na cidade do Rio de Janeiro insere-se no contexto de encerramento das atividades da Sociedade Literária. Tal informação acerca da atitude do Vice rei não fora aludida pelos professores na primeira representação enviada ao reino em 1787, o que nos leva a considerar a existência de uma insatisfação específica daqueles intelectuais com relação ao governo do Sr. Conde de Resende. Podemos inferir que a demora da Coroa portuguesa em conceder uma solução para os problemas apresentados pelos professores de humanidades na cidade do Rio de Janeiro pode ter contribuído para a vexação destes últimos. Como bem assinalou o conselheiro Antônio Rodrigues da Costa é da indiferença dos ministros às queixas dos vassallos que “nasce o ódio ao governo, e o desejo de se livrar dele, pois recebem dano em lugar de benefício”. A indiferença traduzia-se aos olhos dos vassallos como uma manifesta ingratidão e injustiça, uma vez que a Coroa não estava reconhecendo os serviços prestados por seus súditos em nome da “glória” e “prosperidade” da Monarquia. Em um primeiro momento, os professores tentaram negociar com a Coroa portuguesa

uma melhoria na sua situação de letrados daquela cidade. Diante das crescentes insatisfações que culminou com o fechamento da Sociedade Literária tais professores em conversações particulares começaram a proferir “discursos os mais escandalosos e sacrílegos contra a [...] augusta religião, se dirigiam a persuadir e justificar a rebelião da nação francesa e a deprimir e destruir a autoridade e poder dos reis”. (Desembargador-chanceler Antônio Diniz da Cruz e Silva, em 11 de dezembro de 1794, *Autos da Devassa do Rio de Janeiro, 1994*).

Nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* encontramos indícios da existência de um levante planejado pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro no mesmo momento em que os inconfidentes mineiros elaboravam a sedição que seria descoberta em março de 1789. O Pe. José Lopes de Oliveira afirmou que

a primeira vez que ouviu falar em levante foi no mês de setembro do ano passado [1788] ao Coronel José Aires Gomes, o qual lhe contou que se esperava no Rio de Janeiro uma armada francesa e que muitos moradores do Rio de Janeiro estavam de animo a seguir aquele partido francês. (Pe. José Lopes de Oliveira 1789, *Autos da Devassa*, p. 157).

Em seu próprio testemunho o Coronel José Aires Gomes diz que em fim do ano de 1788 e início de 1789 os homens de negócio do Rio de Janeiro cogitaram o apoio de Minas “para fazerem juntos uma América Inglesa”. A “*novidade de Minas*” estava contagiando os ânimos dos “filhos do Rio de Janeiro”. (Ver MAXWHEEL, 1995, pp. 153-154)

Tanto no movimento inconfidente mineiro como na suspeita da existência de um plano de sedição pensado entre os colonos fluminenses

contra a soberania portuguesa no ano de 1794, destacam-se o envolvimento ostensivo dos letrados. Vale aqui assinalar a diferença profunda que marcou o desenvolvimento das instituições da cultura intelectual na América Portuguesa em relação a América Espanhola. Enquanto que a Espanha fundava universidades e imprensas em todas as principais cidades de seus domínios coloniais na América, Portugal negava sistematicamente aos seus súditos do ultramar tanto imprensas como instituições universitárias locais. Por exemplo, a região da Nova Espanha, parte central do Império Espanhol, desde muito cedo já contava com uma imprensa periódica, a primeira delas na cidade do México em 1534, e com universidades, a Real Universidade de México (1551), Real Universidade de Guatemala (1675) e a Real Universidade de Guadalajara (1791).

De acordo com Jorge Myers na primeira etapa da colonização (1492-1630/1650) tanto na América Espanhola como na América Portuguesa se estabeleceu um monopólio eclesiástico das funções intelectuais:

los principales actores intelectuales durante los primeros siglos de dominación colonial fueron miembros del clero: desde Bartolomé de Las Casas, José de Acosta y Antonio Vieira hasta los curas revolucionários de los primeros años del movimiento de independencia, la cultura letrada colonial – aún cuando experimento cierta incipiente complejización y secularización em la segunda mitad del siglo XVIII – fue em gran medida consustancial al universo simbólico de las doctrinas el catolicismo. (MYERS, op. cit., p.31)

Seguindo ainda as reflexões do historiador, a grande presença no espaço da América espanhola de instituições culturais relacionadas com

a função intelectual contribuiu para a formação de âmbitos de sociabilidade intelectual e literária por fora de um restrito marco eclesiástico: academias, cenáculos, grupos de leitura e discussão, assim como os periódicos da região. Neste novo contexto, o letrado ganhou uma maior autonomia de atuação frente aos poderes da Igreja e do Estado. Esta autonomia só seria vislumbrada no Brasil em um período muito próximo ao da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em princípios do século XIX. Ainda que existissem escritores – letrados, poetas, historiadores iluminados proféticos como o do padre Antônio Vieira -, antes da era dos árcades luso americanos, não havia uma cultura letrada transformada em um sistema institucional durante quase todo o período colonial na América Portuguesa. Esta diferença no ritmo de desenvolvimento da cultura letrada, segundo Jorge Myers, possibilita a constatação de que *“la cultura del barroco – marcada por una creciente intervección de letrados laicos em la producción artística, literária e intelectual de la región – cedió paso a la cultura de la ilustración de un modo más temprano y más contundente”* na América Espanhola do que na América Portuguesa. (*Idem*, p. 33)

No caso da América portuguesa, o contexto de crise do final do século XVIII foi caracterizado pelo surgimento dos movimentos de inconfidência: a Inconfidência Mineira (1789), a suposta Conjuração Carioca (1794) e a Conjuração Baiana (1798). Em suas manifestações com a ordem vigente os inconfidentes desejaram o fim da sujeição ao trono português e o rompimento com os laços coloniais em suas

respectivas regiões. Em março de 1790 um morador da cidade do Rio de Janeiro escreveu ao ministro Martinho de Mello e Castro alertando-o de:

algumas circunstâncias da América, a respeito ao gênio, comportamento, e intenção de seus **nacionais**. Estes, que devendo vangloriar-se de serem, por seus pais, **européus** por origem [...] são os mesmos, que tratam com maior desprezo, e ódio aos europeus seus melhores progenitores. (Apud MARQUES DOS SANTOS, op.cit. p. 155).

O conflito existente entre naturais de algumas regiões do Brasil e europeus também foi registrado pelo desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, para quem não parecia “q’ao povo desta cidade [Rio de Janeiro] tinha comunicado o contagio da Conjuração de Minas”. No entanto, percebia que os fluminenses “se persuadem que os **nacionais do país** tem mais talentos, e são mais dignos de governarem, e q’os **européus** lhes levam as riquezas q’são divididas aos filhos deste continente [...]” (Apud MAXWHEEL, op. cit., p. 217). Portanto, ao lado da idéia de pátria entendida como local de origem e como pátria imperial começa a se delinear nesta conjuntura uma diferenciação entre peninsulares/reinóis e americanos/brasileiros.

Contudo, a construção de uma nova ordem política não seria protagonizada pelos “*filhos da terra*”, e sim pela própria Coroa Portuguesa quando decide a sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1808. A vitória de um projeto de um Império luso-brasileiro com sede na América negava o princípio republicano defendido por alguns dos inconfidentes. A partir de então compromissos e disputas seriam travadas no âmbito de uma nova configuração de poder no mundo luso-brasileiro.

No que diz respeito ao desenvolvimento da cultura letrada a vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 marcou uma transformação. Com este acontecimento inédito surgiu a necessidade de institucionalizar o espaço desta cidade, que a partir daquele momento se tornou sede do Império Português. Já no ano de 1808 foi introduzida no Brasil a tipografia, passando a circular *A Gazeta do Rio de Janeiro* pelos prelos da Imprensa Régia. A *Gazeta* era um periódico oficial que informava sobre os acontecimentos da Europa, transcrevia os atos do governo e trazia avisos, espécies de anúncios sobre vários aspectos da vida cotidiana da cidade. Em 1816 foi criada a *Escola Real das Ciências de Artes e Ofícios* e em 1822 a *Escola de Belas Artes*. Em 1810 foi fundada a *Real Biblioteca* e em 1811 o *Horto Real* ou *Real Jardim*. Entretanto, essas mudanças no âmbito da cultura letrada vivenciadas na cidade se davam dentro dos parâmetros legítimos que sancionavam a sociedade do Antigo Regime, já que a dinastia dos Bragança seguiu sendo o vínculo dos espaços que configuravam o Império Português. Os letrados atuavam em um universo social aonde as normas herdadas do Antigo Regime se transformavam lentamente.

Durante o governo de D. João VI no Brasil a prática do periodismo sofria censura. Na Bahia, por exemplo, o periódico intitulado *Idade d'Ouro do Brasil*, tinha como revisor, ou censor, o governador conde dos Arcos. Para ele as notícias políticas deveriam ser redigidas de forma singela “anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões” que pudessem levar à formação de uma opinião pública. (Ver

PEREIRA DAS NEVES, 2008, pp. 216-218). Neste contexto, as opiniões sobre política deveriam ser pronunciadas dentro de canais bastante específicos, e para serem legítimas não deveriam ser públicas. Entretanto, fora do espaço do Império Português, em Londres, Hipólito José da Costa publicou o *Correio Brasiliense* que comentava as notícias da América Espanhola, da Europa e do Brasil sem censura. O *Correio Brasiliense* inaugurava um espaço linguístico em português que apresentava uma crítica, que vinha “de fora” tal discurso que não poderia ser excluído ou desconsiderado por completo pelos representantes da Monarquia Portuguesa.

Se formos pensar na situação dos letrados das diferentes regiões que compunham a América Espanhola a situação era bastante distinta. Na Nova Espanha, já na segunda metade do século XVIII, a cidade do México foi palco da fundação de jardins botânicos, zoológicos, observatórios astronômicos, assim como pelo aparecimento de novas sociedades científicas, como as sociedades econômicas, também chamadas de “amigos do país”. A sociabilidade cultural da época adquiria uma densidade até então desconhecida. De acordo com Jorge Myers se a Nova Espanha foi o epicentro da nova cultura ilustrada a produção de letrados compenetrados com os ideais da ilustração ibérica se proliferou em todas as colônias do vasto Império Espanhol. Nascia então frente ao letrado eclesiástico e evangelizador, da primeira etapa colonial, e frente ao letrado barroco do século XVII:

um nuevo conjunto de posibles ejecutores de las tareas intelectuales asumidas por las sociedades iberoamericanas em vísperas de la crisis definitiva del orden colonial: el del

letrado patriota y del publicista ilustrado (que aunque muchas veces pudieron coincidir em uma mesma persona, no necesariamente resultaban figuras equivalentes. (MYERS, op. cit., p. 34)

No caso das regiões da América Espanhola a situação de crise monárquica colocou os letrados em uma situação nova, que os fez experimentar uma transformação profunda em seus atributos como escritores: por um lado se viram obrigados a pronunciar-se sobre o futuro de suas terras de origem, “pátrias”; e por outro em consonância com o rumos dos acontecimentos e situação histórica específica de cada localidade, assumiram a tarefa de atuar com certa autonomia frente aos poderes públicos e a converterem-se em artífices de novas identidades regionais que começaram a surgir da ruína do Império Espanhol.

Concluindo, na América Espanhola a situação de crise foi acompanhada por um “vazio institucional” que possibilitou aos letrados atuar com maior autonomia e protagonismo. Tal situação não foi vivenciada pelos letrados brasileiros, que durante o governo Joanino desenvolveram suas atividades dentro de marcos institucionais sólidos e estáveis. Tomando como exemplo a região do Rio da Prata os anos entre 1808 e 1810 foram caracterizados por uma mudança da relação entre o Estado e a Imprensa. Neste período não foi estabelecido propriamente uma liberdade de imprensa naquela região e em Buenos Aires particularmente. Observa-se uma diminuição da censura e o jornal *A Gazeta* ainda era produzido pelo Estado. Entre 1812 e 1821 foi estabelecida uma lei de liberdade de imprensa, a qual não foi considerada pelos governos. Já entre 1821 e 1828 viveu-se em Buenos Aires uma

liberdade de imprensa, consolidando-se um espaço de debate mais intenso do que no período revolucionário. Observa-se a imprensa como um veículo de grande importância para difundir os discursos políticos dos “letrados patriotas”, ou seja, de intelectuais que agiam com maior autonomia e tinham a função de representar a sua “pátria” e emitiam os seus discursos por fora das instituições políticas estabelecidas.

Já no Brasil, a possibilidade de os letrados expressarem seus discursos por fora das instituições políticas só iria se esboçar com o fim da censura de periódicos e livros a partir de 1821 e com a Independência em 1822. A partir de então foi possível construir um espaço de opinião pública ao longo do período imperial. O que mudou a partir de então foi que o debate público começou a ganhar legitimidade, e os diferentes periódicos que passaram a circular apresentavam cada vez mais uma gama de opiniões complexas, sobretudo na segunda metade do século XIX. A liberdade de imprensa proporcionou a expansão do campo periodístico, que foi acompanhado pelo surgimento de espaços de construção de redes de sociabilidades alternativas aos espaços institucionalizados, onde podia desenvolver-se um discurso potencialmente crítico.

Como conclusão, pensando na especificidade histórica do Brasil marcada pela permanência da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, gostaria de fazer referência ao periódico de nome sugestivo, *O Patriota*, que circulou entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814. Seu fundador, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, era professor, matemático,

latinista, poeta, militar e político. O jornal apresentava-se ao público como sendo literário, político e mercantil e publicou memórias de cunho científico na perspectiva pragmática da Ilustração luso-brasileira. Teve vários colaboradores dentre os quais se destaca o nome de José Bonifácio. Devemos considerar que o termo pátria/patriota na conjuntura em questão no espaço latino americano era extremamente polissêmico, e assumia significados distintos em consonância com as linguagens políticas de diferentes procedências. Partindo desta constatação e da consideração que José Bonifácio era um representante paradigmático da soberania imperial, podemos afirmar que no caso do Brasil após 1822 os discursos dos letrados ilustrados, em larga medida, ainda seriam marcados pela ideia da construção de uma pátria brasileira associada a uma continuidade dinástica.

## Referências

### Fontes Impressas

*Autos da Devassa do Rio de Janeiro*, 1794. Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, UERJ, 1994.

“Cartas de Bazílio de Brito Malheiros do Lago, Joaquim Silvério dos Reis e Ignácio Corrêa de Pamplona ao Governador Visconde de Barbacena” In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Vol 1, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Cultura/Biblioteca Nacional, 1937.

### Obras

BARBOSA, Roberta Martinelli e. *Temor e revolta: o medo na cidade do Rio de Janeiro setecentista*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista Bicalho. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa: séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado, USP, 1997.

DOS SANTOS, Afonso C. M., *No Rascunho da Nação: Inconfidência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DAS NEVES, Lúcia Bastos P. Verbete “Imprensa” In: VAINFAS, Ronaldo Vainfas & \_\_\_\_\_ (orgs.) *Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Verbete “Inconfidência Mineira” In: VAINFAS, Ronaldo Vainfas [Direção]. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa – A inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Veio – O imaginário da restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997

\_\_\_\_\_. *A Fronda dos Mazombos – Nobres contra Mascates. Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

MYERS, Jorge. “El Letrado patriota: los hombres de letras hispanoamericanos em la encrucijada del colapso del império español en America” In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *História de los Intelectuales en America Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. “Introducción al volumen I Los Intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX” In: *História de los Intelectuales en America Latina*. Buenos Aires, Katz Editores, 2008.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, Edusp, 2003.

“Representação dos Professores Régios de Humanidades da cidade do Rio de Janeiro, dirigida à Rainha D. Maria I em 15 de Janeiro de 1787”. In: MARQUES DOS SANTOS, Afonso Carlos. *No Rascunho da Nação: inconfidência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

VILLALTA, Luis Carlos. *O Império luso-brasileiro e os Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\* \* \*